

Candidato em ação

A estratégia eleitoral do presidente Fernando Henrique inspira-se nas lições do último pleito municipal. Nele, triunfaram candidatos identificados como tocadores de obras, em detrimento daqueles com perfil intelectual ou ideológico.

Exemplo mais eloquente foi a vitória do desconhecido Celso Pitta, em São Paulo, contra nomes conceituados como José Serra e Luíza Erundina. O governo jogará pesado na consolidação da imagem de empreendedor do intelectual Fernando Henrique.

A chave dessa estratégia é o programa Brasil em Ação, para o qual o governo reservou, este ano, nada menos que R\$ 30 bilhões. Há obras em profusão, que garantem ao presidente cerimônias de inauguração até o dia do pleito, em outubro do ano que vem.

Não é casual que, dentro do projeto de lei eleitoral, em discussão na Câmara, um dos pontos mais rejeitados pelo governo seja exatamente o que proíbe que candidatos à reeleição participem de inaugurações três meses antes do pleito. O projeto deve ser votado ainda esta semana, muito embora

já haja no Senado outra proposta em discussão, de autoria do senador José Serra, que promete esticar o assunto.

A controvérsia entre os dois projetos é exatamente quanto às restrições a serem impostas aos governantes que buscam novo mandato, de modo a impedir que se beneficiem do uso da máquina do Estado. O projeto da Câmara, relatado pelo deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP), contraria o presidente Fernando Henrique. O de Serra, inversamente, expressa a sua vontade. As restrições que o primeiro impõe, embora epidérmicas e inconsistentes, são eliminadas pelo segundo.

O presidente argumenta que, pelo fato de ser candidato, não pode ser impedido de governar. E a presença em inauguração de obras é inerente ao ato de governar. O ministro do Planejamento, Antonio Kandir, admite que as obras em série do Brasil em Ação vão gerar “dividendos eleitorais”, mas correspondem ao que a sociedade deseja.

E, aí, chega-se ao ponto mais delicado da reeleição. Impossível delimitar a fronteira entre o que é

inerente ao ato de governar e o que é exploração eleitoral da condição de governante. Não há dúvida de que a data escolhida para deflagrar o Brasil em Ação — do segundo semestre do ano passado até o final do ano que vem, com uma inauguração por mês — não é casual ou desinteressada. Na primeira parte do mandato, o governo cuidou da moeda. Na segunda, venderá a imagem desenvolvimentista, fixando a imagem de um presidente empreendedor.

A essa estratégia, aderem governadores e prefeitos aliados, beneficiários diretos das obras em pauta. O Brasil em Ação não é exatamente um Plano de Metas, como o de Juscelino, que eram obras planejadas conjuntamente, dentro de um visão administrativa global.

São obras que estavam dispersas país afora, muitas delas iniciadas em outros governos, e que foram listadas em seqüência como se integrantes de um mesmo plano administrativo. Inauguradas em série pelo mesmo presidente, fixam-lhe a imagem de um novo JK. Um truque eleitoral eficaz e de difícil neutralização.